

Renda apertada ameaça recuperação de serviços

Conjuntura Setor deve perder poder de impulsionar atividade se rendimento dos mais pobres não evoluir
Serviços ‘disputam’ renda apertada e alta deve ter fôlego curto

Marsilêa Gombata
De São Paulo

A servidora pública Fernanda Pereira, de 51 anos, costumava sair com amigos à noite cinco vezes por semana. Durante os dois anos em que ficou trancada em casa na pandemia, tinha esperança de voltar ao ritmo de antes. Não conseguiu. A economia reabriu, os bares e as rodas de samba que Fernanda frequentava voltaram, mas ela simplesmente não tem dinheiro.

“Foi um choque perceber que não dava para manter o mesmo ritmo de antes”, conta a moradora da Lapa, no Rio de Janeiro, que agora sai uma vez por semana à noite. “Hoje priorizo programas gratuitos, como praia, feiras de antiguidade e festivais de cinema. E, de preferência, durante o dia, para não gastar com Uber. Parei academia e terapia por falta de grana. Vejo o dinheiro todo indo para supermercado”, conta.

Assim como Fernanda, brasileiros de classe média e baixa se sentem cada vez mais pressionados para conseguir comprar o básico e veem sobrar quase nada para consumir serviços. O setor de serviços vem puxando a atividade e é visto como o grande motor do crescimento neste ano, mas há dúvidas quanto ao vigor à continuidade desse movimento.

Desde a abertura mas contudente da economia, muitas famílias não conseguiram retomar o mesmo ritmo de consumo de serviços que tinham antes da covid-19 e estão mudando os hábitos. Por causa da inflação, as classes média baixa e baixa têm deixado de comer fora, ir ao cinema e fazer cursos. Relatam sufoco para fazer supermercado, buscam comer em casa e optam por lazer gratuito.

Segundo Andie Braz, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), o cenário hoje está dividido. Famílias de renda mais alta — que têm emprego garantido — estão voltando a consumir serviços e a investir em alimentação fora de casa, viagens, cursos. As de classe média baixa e baixa, por sua vez, estão distante disso e comprometidas com gastos fundamentais, como alimentação. “A perspectiva é esse cenário continuar, pois mudar isso depende de crescimento de renda”, argu-

Inflação ameaça serviços

Peso das despesas em cada intervalo de renda - em %*

Renda familiar (salários mínimos)	Gêneros alimentícios (supermercado)	Alimentação fora	Serviços
1 a 1,5	21,27	3,49	22,46
1,6 a 2	19,00	4,04	26,44
2,1 a 2,5	19,15	3,85	29,54
2,6 a 3	16,81	4,27	28,84
3,1 a 4	17,11	4,41	31,14
4,1 a 5	16,59	5,11	32,48
5,1 a 6	15,11	5,33	35,43
6,1 a 8	14,22	5,41	38,43
8,1 a 11,5	13,55	6,07	42,70
11,6 a 33	10,62	6,58	50,25

Fonte: FGV Ibre. *Segundo o Índice de Preço ao Consumidor (IPC)

menta Braz. “Boa parte da população não encontrará emprego ou alguma forma de aumentar o que ganha repentinamente. Ainda que a inflação começa a desacelerar devido à redução do ICMS, isso não irá gerar renda. Precisamos de políticas que aumentem a renda e atividade econômica. E isso depende também da desaceleração da taxa de juros, o que não será feito da noite para o dia.”

Apesar da recuperação do mercado de trabalho, a qualidade do emprego tem sido um ponto de alerta. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra dos Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada no dia 31 de agosto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que a população ocupada informal atingiu novo recorde no trimestre encerrado em julho de 2022 e chegou a 39,294 milhões — 1,4% maior do que no trimestre anterior.

No Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgado no dia 30 de agosto mostra que foram abertas 218.902 vagas com carteira assinada em julho, segundo o Ministério do Trabalho e Previdência, abaixo da expectativa de 250 mil novos empregos formais.

Segundo cálculos do economista do FGV Ibre, quanto menor a renda da família, mais ela é comprometida com alimentos. Para as famílias 10% mais pobres, com renda de 1 a 1,5 salário mínimo (R\$ 1.212 e R\$ 1.818), a inflação em 12 meses até julho chegou a 7,82%, mas a inflação de alimentos subiu 16,19%, segundo o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do FGV Ibre. Essas famílias têm 21,27% da renda comprometidos com super-

mercado e 22,46% com serviços, segundo peso das despesas em cada intervalo de renda.

Para as famílias 10% mais ricas, com renda de 11,6 a 33 salários mínimos ou de R\$ 14.059 a R\$ 39.996, a inflação caiu 1,05%, mas o preço dos alimentos subiu 1,20%. Esse grupo tem 10,62% da renda comprometidos com supermercado, e 50,25%, com serviços. Braz argumenta que mesmo que o preço dos alimentos pare de subir seria necessário cerca de um ano para que isso abrisse brecha no orçamento dos mais pobres, o que poderia levá-los a consumir mais serviços.

A diarista Ana Paula Ribeiro, 47 anos, deixou de sair para comer fora com a filha, Maria Eduarda, de 16 anos, e o marido, Alexandre, de 45 anos. “A gente teve de se adaptar. Quase todo sábado, fomos a algum restaurante. Fim de semana sim e fim de semana não levava minha filha almoçar fora e ir ao cinema. Agora não dá mais”, diz. “Há mês que dá e vamos à pizzaria de um amigo. Há mês que não consigo. Cinema agora é uma vez a cada dois meses e olhe lá.”

Ana Paula conta que o lema em casa agora é não gastar mais do que se ganha para não contrair dívidas. “Não temos condição de nos endividar. Não teríamos de onde tirar [dinheiro para pagar]”, diz.

Moradora do Campo Limpo, na zona sul de São Paulo, ela trabalha na Lapa e em Perdizes, na zona oeste, e ganha R\$ 3.900 por mês. O marido, Alexandre, consegue de R\$ 3.000 a R\$ 4.000 no ferro-velho que trabalha. Além da filha de 16 anos, moram com eles a mãe de Ana Paula, Maria da Soledade, de 73 anos, e a irmã Irene, de 56 anos. Por mês, gastam R\$ 780 com es-



Ana Paula Ribeiro: “Fim de semana sim, fim de semana não levava minha filha almoçar fora e ir ao cinema; agora não dá mais”

cola, R\$ 1.400 com seguro saúde, R\$ 1 mil de supermercado, R\$ 1.150 com farmácia. Dos R\$ 1.320 de aluguel que pagam, R\$ 1.200 vêm do que recebem do inquilino no apartamento que compraram há 13 anos ali perto. “Sinto que meu dinheiro acaba mesmo quando vou ao mercado e à farmácia”, afirma.

Para Alberto Ramos, economista do banco Goldman Sachs, serviços ainda aproveitam um efeito residual da abertura da economia e contam com mudança comportamental pós-covid de priorizar o presente mais que o futuro. “Vai chegar um ponto em que a restrição de renda vai pegar e será preciso reduzir o gasto”, diz. “A inflação é um imposto altamente regressivo porque incide com mais contundência nas famílias de baixa renda. Acaba sendo um vetor que desacelera a atividade econômica, e essa redução vem pela erosão do poder de compra dos salários.”

Foi o que sentiu a pedagoga Sandra Guimarães, de 50 anos. Com a alta dos preços, viu o poder aquisitivo diminuir e teve de priorizar os gastos. Colocou a filha em uma escola mais barata, cortou o churrasco do fim de semana e trocou as saídas para restaurantes e cinema de semanais para mensais.

“Ficou mais difícil se divertir. Tive de mudar a rotina. Sentei com meu marido e elegemos as prioridades. O lazer ficou muito escasso”, diz. “A gente só não parou de fazer porque consegui trocar [o que antes era pago] por opções como teatro público, cinema de graça. Esses momentos são importantes, mas não consigo mais pagar por isso como antes.”

Antes da pandemia, Sandra recebia um salário de R\$ 2.500 traba-

lhando em um centro de formação de condutores em Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. Além de cinema e restaurante, ia duas vezes por semana ao salão de beleza e gastava R\$ 500 por mês com roupa para ela, o marido, Luís, de 38 anos, e a filha mais nova, Luísa, de 10. Agora vai ao salão a cada 15 dias, gasta no máximo R\$ 200 com roupa, e mudou Luísa de uma escola que custava R\$ 900 por mês para outra de R\$ 600. “Tive de mudar a rotina e priorizar. Não dá mais para fazer as coisas de maneira solta. Agora, antes de fazer alguma coisa sempre me pergunto: ‘Isso é prioridade?’”, conta Sandra.

A renda da casa vem dos R\$ 1.500 que ganha hoje dando aulas particulares e os R\$ 3 mil que o marido consegue em sua empresa de segurança privada. Não pagam aluguel, mas sentiram as contas de luz, água, gás e internet subir no último ano, assim como o preço de combustíveis e alimentos. Decidiram deixar de pagar a mensalidade de R\$ 180 do clube e praticamente aposentaram um dos dois carros que têm. “Tudo isso foi muito drástico na vida da gente”, afirma.

Ela conta que o maior gasto que tem hoje vem de supermercado — cerca de R\$ 2 mil por mês. “Coisas que eram básicas nunca faltavam porque se tinha condição. Mas, hoje, se você não priorizar, fica sem”, afirma, ao reclamar da escalada do preço do leite — cuja inflação avançou 25,46% nos 12 meses até agosto — e de derivados.

Assim como Sandra, que se tornou inadimplente com o clube do qual é sócia, a funcionária pública Fernanda também viu o número de dívidas aumentar em

meio ao aperto orçamentário. “Tenho vários empréstimos consignados. Eu nem sou para não saber. Como são consignados, o desconto vai direto no contracheque”, conta. Dos R\$ 13 mil brutos que ganha, Fernanda recebe R\$ 5 mil líquidos hoje. “A situação está muito ruim. Tive de pegar outro empréstimo há duas semanas porque simplesmente não tinha como pagar o aluguel.”

A alta da inflação desde agosto de 2021 fez o número de inadimplentes crescer em 5,4 milhões para 67,6 milhões em julho deste ano, segundo dados da Serasa Experian. No período, o valor total devido pelos inadimplentes cresceu 17,6% — de R\$ 244,6 bilhões em agosto de 2021 para R\$ 287,7 bilhões. O percentual da população adulta inadimplente passou de 38,9% para 41,8%. Cada um desses deve em média R\$ 4.253,3, ante R\$ 3.928,8 que devia em agosto de 2021.

Em agosto, o percentual de famílias que se dizem endividadas e inadimplentes bateu recorde pelo segundo mês consecutivo. Dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada o dia 5 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), mostram que 79% das famílias que vivem em regiões metropolitanas das capitais do país se declararam endividadas, ante 78% em julho.

Dentre os endividados, os inadimplentes chegaram a 29,6%, acima dos 29% em julho. Do total de inadimplentes, 10,8% informaram não ter condição de pagar as dívidas.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil Caderno: A Pagina: 4